

A docência da língua estrangeira: da inclusão no currículo escolar aos processos metodológicos de aprendizagem

The teaching of foreign language: from inclusion in the school curriculum to the methodological processes of learning

José Geovânio Buenos Aires Martins¹

RESUMO: Este artigo aborda a história da Língua Estrangeira no Brasil, e aponta a questão da crença depositada por professores de Línguas Estrangeiras em procedimentos metodológicos, em especial das Tecnologias Educacionais para o desenvolvimento da proficiência no Ensino Básico. O artigo, também mostra que nenhum recurso metodológico por mais sofisticado que seja, é capaz de substituir o trabalho devidamente planejado do professor. Os procedimentos metodológicos utilizados para o ensino de idiomas na escola regular são mecanismos que o professor de Língua Estrangeira deve saber usar. Logo, o objetivo principal deste artigo se propõe a identificar, conhecer, analisar e organizar o percurso histórico da disciplina L2 em grade curricular na história da Educação no Brasil. Já, o objetivo secundário aponta os principais métodos utilizados para o ensino de Línguas Estrangeiras no Ensino Básico. Para que estes objetivos sejam alcançados fez-se uma pesquisa bibliográfica, pautada nos seguintes autores: Katia Bruginski Mulik, Ruth Rapaport e Vani Moreira Kenski. As dificuldades para o desenvolvimento da pesquisa surgem logo no momento da seleção do material a ser utilizado, porque os trabalhos existentes sobre o tema em discussão ainda são poucos e, os que existem não dão conta de resolver crenças equivocadas sobre o uso desenfreado de procedimentos metodológicos, como garantia da proficiência.

Palavras-chave: História. Línguas Estrangeiras. Planejamento. Processos Metodológicos. Proficiência.

ABSTRACT: This article addresses the history of the Foreign Language in Brazil, and points out the question of the belief placed by teachers of Foreign Languages in methodological procedures, in special of Educational Technologies for the development of proficiency on Basic Education. The article also shows that no methodological resource, however sophisticated it may be, is capable of replacing the teacher's properly planned work. The methodological procedures used for the teaching of languages in the regular school are mechanisms that the foreign language teacher should know how to use. Therefore, the main objective of this article is to identify, to know, to analyze and to organize the historical journey of the L2 discipline in curriculum in the history of Education in Brazil. Already, the secondary objective points out the main methods used for the teaching of Foreign Languages in Basic Education. In order for these objectives to be achieved, a bibliographic research was conducted, based on the following authors: Katia Bruginski Mulik, Ruth Rapaport and Vani Moreira Kenski. The difficulties for the development of the research arise immediately in the selection of the material to be used, because the existing works on the subject under discussion are still few and those that exist do not account for solving mistaken beliefs about the unbridled use of methodological procedures, as a guarantee of the proficiency.

Keywords: History. Foreign Languages. Planning. Methodological Processes. Proficiency.

1 INTRODUÇÃO

Ensinar uma Língua Estrangeira nunca foi tarefa fácil, mas o seu aprendizado sempre foi objetivo de muitos; principalmente dos comerciantes e dos senhores políticos,

¹ Graduado em Letras pela Universidade Federal do Piauí-UFPI, Pós-Graduado em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Estrangeira pelo o Centro Universitário Internacional UNINTER. Professor Pesquisador na área de Educação e Tecnologias Educacionais. Professor Colaborador da Faculdade Ágora. E-mail (profgeovanio@gmail.com).

pois nenhuma nação por mais rica quer seja, se desenvolverá sem o intercâmbio comercial.

E, o século XXI, não tem sido diferente; o desenvolvimento contínuo e efervescente de Tecnologias empurra o nosso aluno do Ensino Básico e/ou Superior à busca pelo desenvolvimento da proficiência em uma Língua Estrangeira (L2).

Hoje, aprender uma Língua Estrangeira é direito de todo aluno matriculado a partir do sexto ano do Ensino Básico; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei n. 9.394/96, a partir de seus princípios garante esta realidade. Porém, o aluno do Ensino Básico tem procurado cada vez mais por cursos de idiomas fora da escola. Essa realidade é preocupante, pois se acredita que o ensino de L2 seja deficitário na Escola Regular.

Além disso, os procedimentos metodológicos utilizados para o ensino de idiomas no Ensino Básico, nem sempre estão de acordo com aquilo que preconiza os documentos – Lei n. 9.394/96, Parâmetros Curriculares Nacionais, além de outros documentos que tratam do ensino de L2.

Assim, nasce o objetivo principal deste artigo, que se propõe a identificar, conhecer, analisar e organizar o percurso histórico da disciplina L2 em grade curricular na história da Educação no Brasil.

Dessa forma, o objetivo secundário deste estudo aponta os principais métodos utilizados para o ensino de Línguas Estrangeiras no Ensino Básico.

Com isso, o presente artigo apresenta o contexto histórico do componente curricular L2, levando-se em consideração sua história política para a inclusão em grade curricular no Brasil. Faz também, uma discussão acerca dos principais procedimentos metodológicos adotados por professores de Línguas Estrangeiras para o desenvolvimento desta disciplina no Ensino Básico, sem perder de vista o uso das Tecnologias Educacionais.

Finalmente, importa esclarecer que este estudo, em momento algum quis silenciar o trabalho do professor de L2, pois se entende que este é o principal responsável pela condução de um ensino de qualidade na escola regular; os procedimentos metodológicos é apenas suporte para o cumprimento de uma aula interessante, atrativa e proficiente.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

Falar de L2; é fazer um passeio pela história política da inclusão desta disciplina em grade curricular; seu surgimento em solo brasileiro, seu avanço e solidificação no Ensino Regular é fruto de uma discussão política. Afinal, Educação também é política.

Quando se fala do ensino de L2, não podemos pensar apenas no ensino da Língua Inglesa e/ou Espanhola; Mulik (2012, p. 14), afirma que o Grego, o Latim, o Francês, o Alemão e até mesmo o Italiano, já ribeiraram no ensino de Línguas Estrangeiras ministradas em escolas brasileiras. Por outro lado, esse panorama histórico é condição fundamental do âmbito educacional. O fato é que, o mercado financeiro, as transações comerciais com outros povos, as viagens turísticas, etc. –, contribuem para o florescimento do ensino de idiomas.

Mulik (2012, p. 15), afirma em seu estudo, que escolas públicas e particulares da Educação Básica Brasileira tem adotado o ensino do Inglês e do Espanhol em seus currículos. Para o ensino do Inglês, justifica-se o crescente uso da língua para as relações comerciais, além do que, o Brasil, depende economicamente dos Estados Unidos da América, para exportar e importar produtos; o Inglês é a segunda língua falada no Brasil, embora, segundo Silva; Scoville (2015, p. 627), o país apresenta baixos índices de proficientes em Língua Inglesa. Não raro, o Espanhol é priorizado por ser o Brasil, região fronteira de países que têm o Espanhol como língua oficial.

É preciso acrescentar, portanto, que o ensino do Inglês e/ou Espanhol não está especificado na LDBEN – Lei n. 9.394/96; a referida Lei, apenas menciona a obrigatoriedade do ensino de pelo menos uma Língua Estrangeira; fica a cargo da escola em reunião com seus pares escolher o Inglês, o Espanhol, o Francês, etc. Essa decisão ainda pode ser tomada levando-se em consideração o quadro de professores com formação na área específica e/ou à localização geográfica da unidade de ensino.

Em suma, o ensino de Línguas Estrangeiras não se limitou ao Inglês e/ou Espanhol. Existiu uma demarcação histórica para a implantação do estudo de L2 no Brasil. Sobre isso, Mulik (2012, p. 15), afirma que no período colonial o povo brasileiro vê surgir o ensino de outros idiomas; o ensino de Língua Materna (L1), já era garantido, mas durante este período as escolas brasileiras passam a oferecer o ensino de Línguas Estrangeiras e, o Grego e o Latim se destacaram como disciplinas dominantes.

Ainda segundo Mulik (2012, p. 15), o Latim e o Grego integrou o currículo das escolas brasileiras até o ano de 1759, porém o ensino de L2 só passa a ser valorizado no

Brasil, a partir do ano de 1808, ano de chegada da Família Real Portuguesa ao território doravante denominado de Brasil.

Com a chegada da Família Real Portuguesa, o Brasil, deixa de valorizar o Latim e o Grego e, passa a investir de acordo, com Mulik (2012, p. 15), em disciplinas de Inglês e Francês, porém nada aconteceu por acaso, o Brasil, objetivava manter relações comerciais e, para isso, impôs o ensino do Inglês e do Francês ao povo brasileiro.

É importante ressaltar que, quando se fala do ensino de L2: Inglês, Francês, Alemão, etc. – está-se falando de uma discussão política para o crescimento do país, afinal a Família Real Portuguesa, não deu importância ao ensino de L2, para o Brasil, por pensar no cidadão brasileiro. Acredita-se que o seu maior objetivo foi explorar o Brasil, e o seu povo, porque o Brasil era rico em matérias primas, e para que esta comercialização acontecesse sem a intervenção de um intérprete, o Brasil precisava investir no ensino de L2.

A valorização da proficiência em L2 de acordo com Mulik (2012, p. 15), já era tema de destaque durante o Brasil Colônia, e hoje esta valorização está mais acentuada ainda, uma vez que parafraseando, Silva; Scoville (2015, p. 627), os autores lembram que o número de brasileiros que faz intercâmbio cultural cresceu consideravelmente, para tanto, relações comerciais internacionais e contato com as novas tecnologias também exigem proficiência quer seja no Inglês (segunda língua mais falada no Brasil), ou no Espanhol, Italiano, Alemão, enfim ser proficiente no século XXI é uma necessidade, pois vivemos em um mundo globalizado e, para acompanhar este ritmo de crescimento cultural é preciso ter domínio de uma segunda, terceira e se possível de uma quarta Língua Estrangeira.

A valorização do ensino de Línguas Estrangeiras no Brasil, não é algo recente na história da Educação Brasileira e pode ser percebida a partir da tabela abaixo:

Tabela 1 – O ensino de L2 de 1942 a 1996

Ano	Latim	Grego	Francês	Inglês	Alemão	Italiano	Espanhol	Total em Horas
1942	8	—	13	12	—	—	2	35
1961	—	—	8	12	—	—	2	22
1971	—	—	—	9	—	—	9	9
1996	—	—	6 e/ou	12 e/ou	—	—	6	18

Fonte: Leffa (1999 apud MULIK, 2012, p. 20).

Como mostra a tabela 1, através de seus dados, mesmo antes da promulgação da LDBEN n. 9.394/96, o Brasil, já valorizava o ensino de Línguas Estrangeiras. Essa

valorização inclusive pode ser sentida em tempos atuais, porém não é o ensino e/ou docência de L2, matéria relativamente nova na história da Educação Brasileira.

Quanto há tabela 1, também se pôde concluir que a disciplina de Inglês, já era priorizada pelo o universo acadêmico, professores e grade curricular desde o ano de 1961; a partir deste ano, o número de horas aulas da disciplina, Inglês, foi bem maior, que as demais disciplinas mostradas em tabela.

Dessa forma, fica claro que mesmo antes da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, o Brasil, já investia na formação de seu povo, para o desenvolvimento da proficiência em L2, com destaque especificamente para o componente curricular Inglês.

Apesar dessa preferência pela disciplina, Inglês, conclui-se que o povo brasileiro, sempre se preocupou com o domínio de uma segunda língua, seja ela: Inglês, Francês, Espanhol, Italiano, Alemão, etc. Acredita-se também que neste século a procura pela proficiência em L2, tem crescido bastante, pois segundo Silva; Scoville (2015, p. 639), as tecnologias da informação e comunicação tem sido a ferramenta propulsora, para que alunos do Ensino Básico queiram dominar proficientemente uma L2.

2.1 Métodos de aprendizagem aplicados ao ensino de Línguas Estrangeiras

Discutir a docência do ensino de L2 é falar de um emaranhado de técnicas e/ou procedimentos metodológicos aplicados ao ensino da disciplina de L2; os métodos existentes para o ensino de Línguas Estrangeiras é um exemplo disso. Porquanto, os métodos por se só não são suficientes para a garantia do processo de ensino-aprendizagem.

Sendo assim, tratar dos métodos para o ensino de L2, é apontar os caminhos ideais com vistas a um resultado, que neste caso é a proficiência do aluno do Ensino Básico Brasileiro. E, neste mesmo sentido, a Carta Magna de 1988, quando faz referência ao direito à Educação; Brasil (2012, p. 121), esclarece:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada, com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O caput deste artigo é ligeiramente sustentado pela Lei Darcy Ribeiro, Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que em seu artigo 26, estabelece:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12. 796, de 2013).

[...];

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, [...]. (BRASIL, 1996, p. 6-7).

Nota-se que o ensino de L2, é garantido por Lei específica. E, que a Educação sendo um direito de todos, cuja finalidade maior é a preparação para o mercado de trabalho; logo, surge à inclusão do ensino de L2 no currículo escolar brasileiro. Iguamente, para este ensino tem-se um conjunto de métodos ao que: Silva; Scoville (2015, p. 631), se refere como sendo: “[...] método é [...] uma sintonia de técnicas que obedecem a um determinado plano de estudos e que são direcionados por uma abordagem ou modelo teórico”. Também, houve no âmbito educacional brasileiro, conforme Brasil (1998, p. 75), uma preocupação pelo método ideal, que perdurou por quase um século na história do ensino de L2 (1880-1980). A essa crença, segue abaixo, descrição dos principais métodos utilizados por professores de Línguas Estrangeiras e a principal contribuição de cada um destes para o processo ensino-aprendizagem em aulas de L2.

O primeiro dos métodos desenvolvido, para o ensino de L2, segundo, Rapaport (2008, p. 65), foi o método de tradução gramatical, difundido em toda a Europa e nos demais continentes, sendo suas principais proposições as listadas por Rapaport (2008, p. 67): “1. há um grande uso da L1 para dar instruções e explicações; [...]; 3. a prática da leitura e da escrita era bastante limitada e havia a total ausência de exercícios de compreensão auditiva (audição) e produção oral (fala)”.

Para o método de tradução gramatical, o ensino das regras gramaticais de L2, era o mais importante. É de se perceber então que este método, não é mais aceito para o ensino de Línguas Estrangeiras, uma vez que a inclusão da disciplina de L2 na grade curricular do Ensino Básico; propõem ensino para o conhecimento de outras línguas; experiência com outras culturas, e principalmente o desenvolvimento da comunicação. Apesar disso, em pleno século XXI, Brasil (2006, p. 107), aponta que: “[...] na tradição de ensino de línguas, a gramática tem sido utilizada como algo que precede o uso prático da linguagem”.

É justamente essa maneira de ensinar L2, que precisa ser combatida pelos professores; o ensino das regras gramaticais é importante. Contudo, o professor precisa ter consciência que o aluno, não espera aprender regras somente; aprender outro idioma sim, por isso, o profissional docente lotado com a disciplina de L2, precisa estar atento para que a disciplina não se torne motivo de repulsa, por discentes.

Com as críticas ao método de tradução gramatical, surge então um novo método; denominado de método direto. Este novo método, de acordo com Rapaport (2008, p. 68), também é conhecido no ensino de L2, como método oral, ou ainda, como método natural, sendo atribuído a sua criação a Berlitz.

O processo ensino-aprendizagem para o método direto se dava, segundo, Rapaport (2008, p. 69), da seguinte forma: “[...] não havia livros nos estágios iniciais. O professor fornecia oralmente a L2 a ser aprendida, atuando, assim, como um modelo, [...]. [...] não há menção à língua materna. [...] o uso era totalmente proibido”.

Por conseguinte, este não é o método ideal para o ensino de L2. O ensino de qualquer Língua Estrangeira obedece a outros requisitos que obviamente será o sucesso do processo ensino-aprendizagem do discente, e se preciso for o professor deve, pode fazer inferências na L1.

Ainda segundo Brasil (2006, p. 91), “[...] a disciplina Línguas Estrangeiras na escola visa a ensinar um idioma estrangeiro e, ao mesmo tempo, cumprir outros compromissos com os educandos”.

Na fala de Brasil, este esclarece que o ensino de L2, não pode ficar condicionado apenas a normas técnicas, métodos considerados infalíveis. O professor de L2 deve ter cuidado com o tipo de metodologia escolhida, para a condução de suas aulas e, se necessário for que faça colocações; o importante mesmo é o aprendizado do estudante.

Com o passar do tempo surge mais um método denominado no ensino de L2, como método audiolingual. A esse método Rapaport (2008, p. 70), diz que, ele foi desenvolvido nos Estados Unidos; trabalhando o oral e não o escrito.

Cabe uma crítica a este método, pois para o ensino regular este método foge daquilo que estabelece Brasil (2006, p. 90):

[...] há falta de clareza sobre o fato de que os objetivos do ensino de idiomas em escola regular são diferentes dos objetivos dos cursos de idiomas. Trata-se de instituições com finalidades diferenciadas. Observa-se a citada falta de clareza quando a escola regular tende a concentrar-se no ensino apenas linguístico ou

instrumental da Língua Estrangeira (desconsiderando outros objetivos, como os educacionais e os culturais). [...].

O maior problema está mesmo na maneira como parte dos professores e, alunos enxergam esta disciplina, pois seu objetivo vai além do linguístico, e neste sentido, Brasil (1998, p. 76), salienta: “[...] no fim da década de 80 os métodos começaram a ser questionados por serem vistos como excessivamente prescritivos, não levando em conta o contexto da aprendizagem [...]”.

Conforme Brasil (1998, p. 76), é inegável a quantidade de críticas aos métodos. Esse estudo também apresenta o método da abordagem comunicativa, que de acordo com Rapaport (2008, p. 74-5):

O objetivo geral desse método é a competência comunicativa (o conhecimento de como usar um idioma para atingir uma comunicação significativa, real). [...], o método comunicativo não possui objetivos próprios para o ensino-aprendizagem da língua [...]. Isso também faz com que todas as quatro habilidades linguísticas básicas (audição, fala, leitura e escrita) sejam reconhecidamente importantes [...].

Este método se trabalhado pelos professores de L2, traz resultados positivos, contudo é preciso deixar claro, que nenhum método por mais reconhecido quer seja, substituirá a intencionalidade do professor, ou seja, é preciso que o professor faça uma junção dos métodos para uma aula de qualidade em L2.

E, se a intenção do professor de L2, for desenvolver as quatro habilidades linguísticas; este não pode ficar preso somente a regras da gramática normativa de L2; aos métodos de ensino-aprendizagem em L2, porém, o professor de L2, não precisa abolir os métodos de sala de aula, mas saber quando e como usá-los, pois apesar das críticas, o professor continua sendo o maestro e, cabe a ele, usar de recursos e/ou procedimentos metodológicos variados para o desenvolvimento de aulas que garanta a proficiência do aluno/estudante do Ensino Básico.

2.2 O professor de L2 na era Pós-Método: Novas Tecnologias Educacionais

Ao tratar dos métodos utilizados para o desenvolvimento de aulas em L2; críticas existem. Porquanto, como já foi dito, cabe ao professor de L2, se reinventar, pesquisar e desenvolver uma aula que seja garantia da proficiência do aluno do Ensino Básico de escolas públicas e privadas do nosso país.

Conseqüentemente, após a era pós-método: surgem as Novas Tecnologias Educacionais. Provavelmente, estas Tecnologias não são capazes de garantir a

proficiência do aluno do Ensino Básico. É preciso deixar claro, que nenhuma Tecnologia utilizada sem propósitos educacionais definidos; desenvolverá e/ou garantirá a proficiência em L2.

O professor de L2; precisa utilizar recursos que garanta a proficiência em L2, porém, este profissional docente, não necessariamente será obrigado a fazer uso de Tecnologias Educacionais; as Tecnologias Educacionais, assim como, os métodos, não passam de procedimentos metodológicos que se utilizados corretamente levará o aluno ao desenvolvimento da proficiência.

Inclusive, por Tecnologias, Kenski (2015, p. 23), define:

Estamos muito acostumados a nos referir a tecnologias como equipamentos e aparelhos. Na verdade, a expressão 'tecnologia' diz respeito a muitas outras coisas além de máquinas. [...] existem [...] tecnologias que não estão ligadas diretamente a equipamentos e que são muito utilizadas pela raça humana desde o início da civilização. A linguagem, por exemplo, é um tipo específico de tecnologia que não necessariamente se apresenta através de máquinas [...].

Diante da afirmação acima, fica claro que o termo: Tecnologias Educacionais não diz respeito ao uso do computador somente; o livro didático, o dicionário físico; a própria fala se destaca como uma Tecnologia. A linguagem humana também pode ser vista como um exemplo disso.

É importante acrescentar que os professores de L2; devem/podem usar as Tecnologias Educacionais se estas forem do seu domínio; as Tecnologias também devem ser utilizadas para o desenvolvimento da proficiência em aulas de L2, caso contrário não fará nenhum efeito para o processo ensino-aprendizagem em L2.

Ainda, quanto ao uso das Tecnologias Educacionais, Carvalho; Ivanoff (2010, p. 45), afirmam que a Internet concebe o acesso direto através da pesquisa a alunos e, professores aos principais dicionários em L2 disponíveis em rede, portanto este tipo de serviço pode ser gratuito e/ou pago.

Quanto aos serviços gratuitos e, voltados para a tradução em L2 Carvalho; Ivanoff (2010, p. 46), apontam que os principais dicionários de L2 estão disponíveis na plataforma Websters.

Carvalho; Ivanoff (2010, p. 46), salientam também que os serviços pagos, bem como, os serviços prestados por um especialista em L2; faz toda diferença para a qualidade do trabalho.

Tendo em vista os argumentos apresentados, percebe-se que muitas são as possibilidades de recursos tecnológicos educacionais disponíveis na Internet; o professor de L2, portanto, deve saber que nenhum recurso metodológico, seja ele, pago e/ou gratuito pode aniquilar a ação docente. A ação docente é o que conduz o aluno do Ensino Básico ao desenvolvimento da proficiência em L2.

2.3 METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido a partir da leitura de obras de significação sobre a proposta em desenvolvimento, priorizando-se para tal: Brasil (1996), Carvalho; Ivanoff (2010), Cervo, Bervian e Silva (2007), Demo (2010), Kenski (2015), Mulik (2012), Rapaport (2008) e Silva; Scoville (2016). Desta forma, conclui-se que nenhum trabalho de investigação científica acontece sem uma pesquisa de cunho bibliográfico, portanto este estudo se sustenta em uma pesquisa de revisão, bem como, na experiência vivenciada na docência de L2, pelo autor do referido artigo, o que possibilitou a análise aprofundada do tema.

Neste sentido, Demo (2010, p. 14), diz o que vem a ser pesquisar:

[...] Pesquisar implica ousar novas fronteiras, sempre novas e nunca finais, colocando teorias atuais em dúvida, principalmente revendo, a todo instante, conhecimentos pretensamente estabilizados, em particular os próprios. Não implica obsessão por originalidade, pois toda pesquisa parte de outras, assim como toda ideia nova se nutre de outras anteriores.

Daí a necessidade urgente de novas pesquisas, e, especificamente no campo da docência em L2, onde existem inúmeras possibilidades de desenvolvimento da docência, porém nenhuma pesquisa consegue alcançar a fórmula exata para o desenvolvimento da proficiência em L2. Sendo assim, o professor de L2, precisa ser um pesquisador nato; fazer o aluno/estudante alcançar o desenvolvimento da proficiência em L2, não é tarefa fácil.

Quando se fala de pesquisa; esta vai de encontro com a realidade vivenciada pelos professores de L2; os procedimentos metodológicos apresentados ao longo do desenvolvimento deste estudo só reforçam a ideia de que, não se trata de algo relativamente novo no campo de L2, porquanto é o professor de L2, o responsável por conduzir o processo ensino-aprendizagem com fins à proficiência do aluno do Ensino Básico.

Dá-se a entender então, que para se chegar a estes resultados, o professor pesquisador deste estudo, fez uma pesquisa bibliográfica como não poderia deixar de ser. Ao que Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 60), apontam:

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses. [...] busca-se conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema.

Sendo a pesquisa bibliográfica uma consulta a documentos, livros, artigos, etc. Esta pesquisa foi bem fundamentada, pois se pautou em autores como: Katia Bruginiski Mulik, Ruth Rapaport e Vani Moreira Kenski, para uma discussão precisa e significativa para a docência de L2, mostrando os caminhos que o professor de L2, pode e deve percorrer, para garantir uma aula atrativa e, que desenvolva a proficiência de seus alunos.

Ainda de acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 63); esta pesquisa também pode ser caracterizada como pesquisa exploratória, pois não exigiu do autor do estudo, a elaboração de hipóteses, a mesma partiu de um levantamento bibliográfico a partir de objetivos definidos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da presente reflexão, foi possível perceber que existem inúmeros procedimentos metodológicos a disposição do professor de Línguas Estrangeiras que dentre os principais se destacam: o método da tradução gramatical, o método direto, o método da abordagem comunicativa e, por fim as Tecnologias Educacionais, por certo é preciso planejamento, pois caso contrário, o professor de L2, não vai despertar o interesse do aluno/estudante do Ensino Básico, além do mais, não garantirá o desenvolvimento da proficiência em aulas de L2.

O ensino de L2, como já apontado ao longo do desenvolvimento deste estudo, não é matéria relativamente nova na história da Educação Brasileira e muitas dificuldades existem na docência do componente curricular L2. Essas dificuldades podem ser percebidas pela quantidade do número de métodos apontados para o ensino de Línguas Estrangeiras no Ensino Básico, nesse caso o uso dos métodos podem fazer surgir acertos e erros, pois esta quantidade de métodos possivelmente não seria a solução para o desenvolvimento da proficiência no Ensino Básico, por outro lado, os procedimentos

metodológicos não estão em desacordo com os documentos que regem o currículo do Ensino Básico Brasileiro, o problema acentua-se na falta de planejamento.

O século XXI tem sido permeado pelo aumento efervescente de novas tecnologias, entretanto estas novas tecnologias tem seu papel de destaque na docência do componente curricular Línguas Estrangeiras, porém as Tecnologias Educacionais são procedimentos metodológicos e, este fato não pode ser desconhecido por professores de L2.

Conclui-se que a falta de conhecimento sobre os procedimentos metodológicos e, a insistência em continuar trabalhando aspectos internos da gramática normativa de L2, provoca no aluno do Ensino Básico Brasileiro um desinteresse, já que o maior objetivo do aluno Pós-LDBEN – Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, é a fluência.

Ainda há muito a se discorrer sobre o tema em estudo, portanto, este artigo não pode e nem será encerrado aqui, pois é tema de interesse do autor deste estudo, bem como, de profissionais docentes de L2, haja vista, que o aluno hoje, busca o domínio da proficiência em L2, e o professor de L2, precisa ter domínio não apenas dos procedimentos metodológicos aqui elencados; conhecer outros procedimentos metodológicos faz-se necessário, pois a busca pelo desenvolvimento da proficiência em aulas de L2 precisa ser repensada a partir da realidade de sala de aula, e, o professor de L2 continua sendo o principal ator desta peça teatral, pois quem conhece a realidade do aluno de L2, se não o professor de L2.

Além disso, os procedimentos metodológicos são apenas condutores, que se bem utilizados na execução da docência em L2, ajudam o professor desta disciplina a desenvolver a proficiência de seus alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

_____. Linguagens, códigos e suas tecnologias. **Orientações curriculares para o ensino médio**. Secretaria de Educação Básica, Brasília: Ministério da Educação, 2006. p. 239, v. 1.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1998.

CARVALHO, Fábio Câmara Araújo de; IVANOFF, Gregorio Bittar. **Tecnologias que educam: ensinar e aprender com tecnologias da informação e comunicação.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DEMO, Pedro. **Educação e alfabetização científica.** Campinas, SP: Papyrus, 2010. (Coleção Papyrus Educação).

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: O novo ritmo da informação.** [livro eletrônico]. Campinas, SP: Papyrus, 2015. (Coleção Papyrus Educação). 1.911 Kb; PDF.

MULIK, Katia Bruginiski. O ensino de língua estrangeira no contexto brasileiro: um passeio pela história. **Revista de Estudos Linguísticos e Literários**, Patos de Minas, v. 5, n. 1, p. 14-22, mar. 2012. Disponível em: <<http://cratilo.unipam.edu.br/documents/32405/41762/o-ensino-de-lingua-estrangeira-no-contexto-brasileiro.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

RAPAPORT, Ruth. **Comunicação e tecnologia no ensino de línguas.** Curitiba: Ibpex, 2008. (Coleção Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Estrangeira, v. 8).

SILVA, André Natalino Castro; SCOVILLE, André Luiz Martins Lopez de. O ensino da língua estrangeira: processos metodológicos na aprendizagem. **Revista Intersaberes**, Curitiba, v. 10, n. 21, p. 627-642, set/dez. 2015. Disponível em: <<http://www.grupouninter.com.br/intersaberes/index.php/revista/article/view/735/506>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

Recebido em: 18/01/2017
Aprovado em: 20/07/2017